

O início da trajetória de institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no Brasil: o que contam os(as) docentes pioneiros(as) sobre a criação dos primeiros cursos

Stéphaney Conceição Correia Alves Guedes Reis^a, Roseli Esquerdo Lopes^b

^aUniversidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

^bDepartamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

Resumo: Durante a década de 1950, foram sendo estruturados os primeiros cursos técnicos de terapia ocupacional no Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. De certa forma, a criação desses cursos foi incentivada pela grande mobilização internacional em torno da expansão da área de reabilitação pelo mundo. Nas décadas seguintes, outros cursos foram sendo fundados em vários Estados brasileiros, e, paralelamente à fundação deles, a profissão foi se estruturando no país, inclusive após a aprovação de algumas legislações que garantiram parâmetros de qualidade acadêmicos para formação de terapeutas ocupacionais. Em 1983, a publicação de uma resolução que reviu as bases do currículo mínimo nacional para a formação na área e que exigiu reformulações importantes no âmbito dos cursos existentes – e nos que viriam a existir – foi o ponto de confirmação do efetivo início da institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no Brasil. Este artigo decorre de uma pesquisa que teve como objetivo descrever a trajetória de institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no Brasil, com foco na criação do primeiro curso em 1956 e daqueles implantados até o ano de 1983, segundo a visão dos docentes pioneiros. Para tanto, trabalhou-se com o referencial teórico-metodológico da história oral, a partir do qual foram entrevistados os terapeutas ocupacionais, docentes pioneiros dos primeiros cursos, e construídos documentos oriundos de suas narrativas, que embasaram a trajetória dos cursos aqui apresentados.

Palavras-chave: *Ensino Superior, Formação Profissional, Terapia Ocupacional/História.*

The beginning of the trajectory of occupational therapy academic institutionalization in Brazil: what professors tell pioneers about the creation of the first courses

Abstract: The first technical courses of occupational therapy were structured in Brazil during the 1950's, in the cities of Rio de Janeiro and São Paulo. The creation of these courses was stimulated by the great international mobilization around the expansion of the rehabilitation field around the world. In the following decades, other courses were founded in several Brazilian states and, the profession was simultaneously structured in the country, including the approval of some legislation that guaranteed academic quality parameters for the training of occupational therapists. In 1983, the publication of a resolution revising the foundations of the minimum curriculum for training in the field and requiring major reformulations within the existing and upcoming courses was the point of confirmation of the effective beginning of the academic institutionalization of occupational therapy in Brazil. This article is based on a research that aimed to describe the trajectory of academic institutionalization of occupational therapy in Brazil, focusing on the creation of the first course in 1956 and those implanted until 1983, according to the vision of the

pioneer teachers. For that, work was done with the theoretical methodological reference of oral history, from which the occupational therapists were interviewed, pioneering professors of the first courses, and constructed documents originating from their narratives, which were based on the trajectory of the courses presented here.

Keywords: *Higher Education, Professional Qualification, Occupational Therapy/History.*

1 Introdução

Integrando uma pesquisa mais ampla, este texto se volta para o estudo da trajetória de institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no Brasil, desde a criação do primeiro curso para formar esses profissionais, em 1956, até o ano de 1983, quando a Resolução nº 4, do Conselho Federal de Educação, estabeleceu um segundo currículo mínimo nacional para a graduação em terapia ocupacional, o que, de fato, consubstanciou uma formação universitária mais de acordo com o que pleiteava a categoria no país (LOPES, 1991), definindo, fundamentalmente, uma formação mínima de quatro anos e com eixos de conteúdos diretamente voltados para a profissão.

Após 60 anos da chegada do primeiro curso técnico de terapia ocupacional no Brasil, ainda é necessário explorar os caminhos percorridos pela profissão a fim de apreender a constituição e o desenvolvimento do campo, decifrar as conexões que o passado estabelece com o presente, em alguns casos delineando a terapia ocupacional contemporânea, e o lugar ocupado pela profissão no país. Para tanto, são indispensáveis o levantamento e a sistematização dos documentos históricos existentes que façam referência a tais trajetórias e, caso inexistam ou ainda não estejam acessíveis registros suficientes, a busca e a criação de novas fontes, como narrativas oriundas da oralidade de terapeutas ocupacionais que vivenciaram o processo de implantação e de consolidação da profissão, a exemplo de docentes, ex-docentes e egressos dos cursos de formação, diretores de associações, conselhos da categoria profissional e representantes de centros acadêmicos.

Alguns autores consideram que é um privilégio para um grupo o conhecimento de sua história. Um deles é Certeau (1982, p. 16), que considera “[...] necessário recordar para não esquecer-se a si próprio”, garantindo que a história “[...] situa o povo no centro dele mesmo, estendendo-o de um passado a um futuro”. Para esse autor, a separação do presente de um passado compõe uma cronologia formada por períodos “[...] entre os quais se indica sempre a decisão de ser outro ou de não ser mais o que havia sido até então” (CERTEAU, 1982, p. 15). Desse modo, quando se compreende a história de um grupo, além de se trazer à tona o passado ou uma versão do passado, é possível captar as rupturas e

ligações que levaram tal grupo até o presente, assim como a forma pela qual ele se processa na atualidade.

Por sua vez, cada tempo que surge na trajetória de determinado grupo “[...] considera morto aquilo que o precedeu”, e as gerações do presente já recebem um passado demarcado pelas rupturas do tempo. Possivelmente, essas rupturas tornam-se pontos-chave para as indagações e pesquisas a serem realizadas no presente (CERTEAU, 1982, p. 15). Afinal, para a manutenção da existência de um grupo, é necessário entender o porquê determinadas culturas e determinados costumes são deixados para trás e dão lugar a novas práticas.

No intuito de apreender a trajetória de institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no Brasil e diante da insuficiência de documentos históricos para responder às diversas perguntas existentes sobre o seu percurso, a pesquisa da qual decorre este artigo se propôs a averiguar os processos de criação dos primeiros cursos de terapia ocupacional no país, de 1956 a 1983, tomando a oralidade de seus docentes pioneiros como fonte.

2 Método

Este trabalho teve como aporte o referencial teórico-metodológico da história oral, definida por Meihy (1996, p. 13) como “[...] um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas”, sendo assim um método eficiente para “[...] reconstituição histórica de grupos que não registram sua trajetória de outra forma” (GIGANTE, 2008, p. 32). Geralmente, a história oral é utilizada quando há uma falta de registros ou insuficiência dos documentos existentes para responder a questões históricas geradas durante o tempo.

Sempre utilizada no tempo presente, a história oral possibilita a construção de um arquivo produzido por documentos oriundos do discurso de pessoas que vivenciaram um momento histórico passado, aqui eleito como *a fundação dos primeiros cursos de terapia ocupacional do Brasil*. Nessa perspectiva, além da história oral se debruçar sobre determinado tempo histórico, ela também se desenvolve mediante uma temática norteadora e um grupo específico de indivíduos que tiveram suas trajetórias de vida transpassadas por temática específica; no caso

desta pesquisa, contou-se com a colaboração de 15 terapeutas ocupacionais, professores pioneiros dos primeiros cursos de terapia ocupacional do Brasil, indicados inicialmente por profissionais de larga experiência e reconhecimento na terapia ocupacional, que igualmente colaboraram com a pesquisa¹. Apenas uma terapeuta ocupacional, depois da colaboração prestada, em contato com o seu depoimento textualizado, solicitou sua retirada do estudo; portanto, permaneceram 14 participantes². Também não foi possível contatar a docente pioneira do curso no Instituto de Reabilitação do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP); então, para compor o material referente a esse curso, lançou-se mão: de informações provenientes das entrevistas realizadas por Léa Beatriz Teixeira Soares³, para sua dissertação apresentada em 1987, e cedidas por Sandra Maria Galheigo⁴; de material disponibilizado por Roseli Esquerdo Lopes⁵, referente à sua dissertação apresentada em 1991; e de outras fontes.

Os encontros para as entrevistas ocorreram entre setembro de 2015 e abril de 2016, antecedidos por um contato, feito por meio de “cartas” enviadas pelo correio eletrônico e/ou ligação telefônica, para apresentação dos objetivos do estudo, convite à colaboração, escolha dos locais e horários para os encontros. Após as entrevistas⁶, as histórias gravadas foram analisadas segundo os conceitos da história oral, tendo sido *transcritas*⁷ conjuntamente com os colaboradores, de maneira a serem constituídas como fontes documentais essenciais para a compreensão das trajetórias em torno do ensino da terapia ocupacional no Brasil. Ainda, nos encontros foram coletados outros materiais preexistentes⁸ que também ajudaram na apreensão das trajetórias.

Nesses documentos, estão expostas as memórias dos colaboradores referentes ao momento vivido. De certo, essa memória não é uma representação exata dos acontecimentos passados; ela sofreu o desgaste do tempo, tornou-se uma interpretação do passado concebida no presente, com as atualizações desse presente. Contudo, o fato de o indivíduo estar no presente falando de determinado passado não anula a veracidade do ocorrido, e sim possibilita uma ampliação da compreensão desse passado devido à maior lucidez pela qual ele analisa o vivido, já que não está mais imerso na história, mas analisando-a e expondo-a por meio da linguagem (CERTEAU, 1982).

Porém, segundo Le Goff (2005, p. 41), “[...] não há realidade histórica acabada”. Assim, nem os documentos oriundos da memória refletem a realidade, nem mesmo a análise de qualquer

pessoa pode refleti-la. O que existe é a escolha de uma opção dentre a imensidão de realidades que existem para a explicação de um passado. Daí, os documentos oriundos da oralidade de quem vivenciou determinado fato histórico não seriam a realidade do fato em si, mas um material potente para sua reconstrução (LÓTMAN, 1981 apud GIGANTE, 2008). Esse foi o intuito nesta pesquisa ao reunir documentos elaborados a partir dos encontros e das entrevistas, documentos colhidos dos acervos dos colaboradores e materiais bibliográficos já publicados, na tentativa de apreender a trajetória de institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no Brasil, enfatizando o processo de estabelecimento dos primeiros cursos de formação profissional, segundo o que contam seus docentes pioneiros.

3 A Criação dos Cursos de Terapia Ocupacional no Brasil: o Que Contam os(as) Docentes Pioneiros(as)

Os cursos de terapia ocupacional chegaram ao Brasil na década de 1950. Especificamente, em 1956 foi iniciado o *Curso Técnico em Reabilitação* na Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro (ERRJ), com formação em terapia ocupacional e fisioterapia. Essa escola era mantida pela Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), localizada no município do Rio de Janeiro. Virgílio Cordeiro de Melo Filho, aluno e um dos primeiros professores terapeutas ocupacionais dessa instituição, descreve a escola:

A primeira escola de terapia ocupacional do Rio de Janeiro era localizada na zona sul, Jardim Botânico, então, a clientela era mais daquele território. A Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro era uma escola elitista, mas não porque ela tivesse essa filosofia, era pela localização, pela clientela. Muita gente que não tinha passado em medicina vinha fazer reabilitação. Uns entravam para fisioterapia e depois mudavam para TO, e vice e versa, mas eram muito poucos (Colaborador Virgílio Cordeiro de Melo Filho).

Segundo Barros (2009, p. 161), em 3 de abril de 1956, ocorreu, na Associação Brasileira de Imprensa, uma “[...] sessão solene de instalação dos Cursos de Técnicos em Reabilitação da ABBR”. Fernando Lemos (1985, p. 8), idealizador e fundador da ABBR, em entrevista realizada por Léa Soares, explica que a divulgação dos cursos da ERRJ foi pelos jornais e que a primeira turma era muito pequena. Em suas

palavras, “[...] foi um curso intensivo de 2 anos, devido à necessidade de trabalho especializado. A fisioterapia era mais procurada que a terapia ocupacional”. Quando Lemos menciona a “necessidade de trabalho especializado”, refere-se à inexistência de fisioterapeutas e de terapeutas ocupacionais no Rio de Janeiro para trabalhar na ABBR, instituição que pretendia criar um Centro de Reabilitação, mas que optou primeiro pela organização de uma escola para formação de técnicos, a ERRJ, organizada e dirigida pelo ortopedista Jorge Faria (LE MOS, 1985; BAPTISTA, 1988).

O Curso Técnico em Reabilitação durava dois anos. Os primeiros fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais formaram-se em fevereiro de 1958 – vale ressaltar que apenas sete alunas concluíram o curso de terapia ocupacional. Conforme Campos (1985), a ABBR criou a ERRJ com a finalidade exclusiva de formar profissionais para suprir a necessidade de mão de obra do Centro de Reabilitação, porém, como a sociedade demonstrou grande interesse pelo curso, optou-se pela sua continuidade, e, para tanto, em 1958, a ERRJ deliberou pela ampliação dos cursos para três anos letivos. A ERRJ só foi reconhecida em novembro de 1965 (Decreto nº 57.363).

Em 1978, mediante uma crise financeira enfrentada pela ABBR, os cursos de fisioterapia e terapia ocupacional da ERRJ foram vendidos para a Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta (SUAM), permanecendo, contudo, alocados na ABBR; somente em 1979 foram transferidos para as dependências da SUAM (CAMPOS, 1985; BARROS, 2009). Como os docentes do Curso de Terapia Ocupacional da ERRJ não foram lecionar na SUAM, esta contratou a terapeuta ocupacional Ângela Maria Bittencourt Fernandes da Silva como professora.

No ano de 1979, fui convidada pelo professor João Marinômio Carneiro para ser professora da SUAM, naquele período ele não era nem terapeuta ocupacional, nem do COFFITO⁹. Na época, a SUAM estava comprando a ERRJ, então o curso veio da ABBR para SUAM, veio com tudo da ABBR! Os alunos do primeiro, segundo e terceiro ano da ABBR vieram junto com a venda da escola para SUAM, já peguei as alunas do terceiro ano fazendo estágio, então elas foram encaminhadas para o estágio. A primeira turma de entrada propriamente dita da SUAM eu acho que foi em [19]80. [...] em 1979 a ERRJ foi vendida para SUAM, ela foi comprada com os alunos, os professores e todo o seu acervo (Colaboradora Ângela Bittencourt).

A estruturação e a coordenação dos cursos ficaram a cargo do militar João Marinômio Aveiro Carneiro, que, naquele momento, nada tinha a ver com a terapia ocupacional ou com a fisioterapia. Sobre a atuação dele, Ângela Bittencourt comenta:

Carneiro era muito rígido! Carneiro era militar, então ele vinha com o coronel dele e... era nosso coordenador lá da SUAM, na época ele era o coordenador de fisio e de TO, ele veio para montar o curso e era uma pessoa muito séria, era coronel, mas já tinha cinco ou seis cursos na época e foi fazer terapia ocupacional depois de tanta confusão que a terapia ocupacional criava com ele, e fisioterapia também, mas com menos ênfase (Colaboradora Ângela Bittencourt).

Na SUAM, o curso de terapia ocupacional durou até o final da década de 1990, e, conforme Ângela Bittencourt (2015), seu encerramento ocorreu devido à falta de procura.

Em 1956, enquanto a formação em terapia ocupacional se implantava na ERRJ com apoio da ABBR, em São Paulo, a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) executavam parte de um projeto cujo intuito era a difusão da reabilitação mundialmente. Pretendia-se criar cursos voltados à reabilitação, vinculados a um Centro Internacional de Reabilitação, que, na América Latina, foi implantado em São Paulo, anexo à Cadeira de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina na Universidade de São Paulo (FMUSP), no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (HC-USP), em dezembro de 1956 (Decreto-Lei Estadual nº 27.083), denominado Instituto Nacional de Reabilitação (INAR) (SOARES, 1987).

As funções do INAR eram prestar assistência técnica na área de reabilitação e formar profissionais para trabalhar nesse campo em toda a América Latina (HAUCK, 1986; SOARES, 1987; LOUZÁ, 2015). Entretanto, a criação oficial desse centro só ocorreu em dezembro de 1958 (Lei nº 5.029), e o então INAR passou a chamar-se Instituto de Reabilitação (IR). Assim, a lei promulgada reforçou as obrigações assistenciais e educacionais do instituto:

O Instituto de Reabilitação tem por finalidade a reabilitação dos incapacitados físicos, a realização de pesquisas sobre reabilitação, a realização de cursos normais e de aperfeiçoamento para médicos e pessoal técnico auxiliar, necessário aos serviços de reabilitação, tanto do país como do estrangeiro, servir de

campo para o treinamento de médicos e pessoal técnico auxiliar, proporcionar meios para o emprego, na comunidade dos reabilitados, e entrosar-se e cooperar com entidades públicas e particulares, a respeito de questões e serviços de sua competência (SÃO PAULO, 1958).

A “[...] realização de cursos normais e de aperfeiçoamento para médicos e pessoal técnico auxiliar, necessário aos serviços de reabilitação, tanto do país como do estrangeiro”, como ordenou o inciso III do artigo 2º da Lei nº 5.029, só foi colocada em prática em 1958, com a criação de cursos regulares para formação técnica em Fisioterapia¹⁰, Terapia Ocupacional, Órtese e Prótese e Locomoção de Cegos (SÃO PAULO, 1958; SOARES, 1987; TRIGO-DE-SOUZA et al., 2008). O regulamento desses cursos foi aprovado pelo Conselho Técnico da FMUSP em dezembro de 1958 (UNIVERSIDADE..., 1974).

Em 1958, iniciou-se a primeira turma do Curso Técnico de Terapia Ocupacional do IR. Como o curso durava dois anos, essa turma formou-se em 1959 (CAAVC, 1960 apud MELO, 2015). Já em 1960, os alunos do IR criaram um órgão de representação estudantil denominado Centro Acadêmico Arnaldo Vieira de Carvalho (CAAVC) (MELO, 2015).

No mês de março de 1964, a terapeuta ocupacional canadense, Elisabeth Patricia Eagles, foi enviada pela ONU para colaborar com o curso, permanecendo na instituição até novembro de 1965¹¹ (SOARES, 1987). Segundo Trigo-de-Souza et al. (2008), a saída de Eagles do IR encerrou a parceria da ONU com o Instituto, porém esse vínculo foi de fato desfeito quando a USP, por meio da Portaria nº 347, de abril de 1967, regulamentou os cursos (UNIVERSIDADE..., 1974).

Em 1969, o IR perdeu sua função assistencial, responsabilizando-se apenas pelo ensino. Com o advento da Reforma Universitária de 1968 e das mudanças que esta causou na USP, o IR foi excluído da lista de institutos anexos à universidade,

[...] aguardando, pois, sua transferência, mediante lei, para o Hospital das Clínicas; sendo que a parte referente ao ensino, conforme decisão da Congregação, ficou sediada no Departamento de Ortopedia (UNIVERSIDADE..., 1974, p. 7).

Segundo Ferrari (1987 apud LOPES, 1991, p. 79), a partir de 1969, com a finalização do IR, os cursos foram transferidos para FMUSP, acomodados em uma sala no quinto andar da faculdade (TRIGO-DE-SOUZA et al., 2008). Em 1974, os

cursos foram transferidos para o Departamento de Clínica Médica da FMUSP. Nesse mesmo ano, foi estruturada e encaminhada à Câmara de Graduação da USP uma nova proposta curricular para o curso de terapia ocupacional. Tal proposta foi aprovada pela universidade, porém, de acordo com Lopes (1991), deu-se continuidade à graduação sem a viabilização de mudanças.

A viabilização de condições mínimas necessárias para o funcionamento das graduações de fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional só ocorreu no início de 1982, quando o Prof. Dr. Atílio Silvano Raia assumiu a diretoria da FMUSP e também diante da mobilização de estudantes e profissionais da área, principalmente aqueles vinculados ao HC-USP (LOPES, 1991).

Durante os anos de 1960, dois cursos técnicos foram implantados: um na cidade do Recife/PE, pioneiro na região Nordeste, e outro em Belo Horizonte/MG, o terceiro da região Sudeste.

A formação no Recife, como conta Nadeje Accioly, ex-aluna e professora aposentada do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE):

[...] começou mais ou menos em 1960. Quem era o coordenador, o dono, o que inventou, o que bolou o curso todinho era o doutor Ruy Neves Batista, já falecido. Ele era ortopedista, tinha um defeito físico de encurtamento da perna esquerda, e como médico, ele foi ao Rio, na ABBR, foi em São Paulo e pesquisou até no exterior, trouxe todas as disciplinas e fundou um curso aqui (Colaboradora Nadeje Accioly).

A terapia ocupacional chegou a Recife, de fato, após a criação do Instituto Universitário de Reabilitação (IUR), anexo à cátedra de Clínica Cirúrgica Infantil e Ortopedia da Faculdade de Medicina do Recife, atual UFPE. Esse instituto “[...] passou a servir de anteparo administrativo para realização de cursos e atendimento ambulatorial para crianças portadoras de deficiência” (UNIVERSIDADE..., 2009) e abrigou o *I Curso de Reabilitação*, ofertado ainda em 1960, nas dependências do Hospital Dom Pedro II (CASTELO BRANCO, 2003; MOURA FILHO, 2010 apud BATTISTEL, 2016; UNIVERSIDADE..., 2009).

O curso realizado pelo IUR propunha uma duração de apenas 75 dias, nos quais ocorreriam aulas teóricas e estágios, ministrados pelos professores médicos da cátedra à qual o IUR estava vinculado. Todavia, em razão da carga horária de estágio, o curso, que deveria ser concluído em outubro de 1960, foi finalizado em janeiro de 1961 (MOURA FILHO, 2010 apud BATTISTEL, 2016).

Depois disso, Ruy Neves Batista solicitou ao diretor da Faculdade de Medicina do Recife a permissão para criação de cursos técnicos de fisioterapia e terapia ocupacional com duração de dois anos. Atendido seu pedido, em 1962 iniciou-se o Curso Técnico em Reabilitação: Fisioterapia e Terapia Ocupacional no IUR, privado, com ingresso por processo seletivo anual, realizado pelo próprio Instituto (CASTELO BRANCO, 2003; PACÍFICO; CAVALCANTE; SOUZA FILHO, 2014; UNIVERSIDADE..., 2009). Segundo Nadeje Accioly:

O curso era somente uma sala, porque nós ficávamos no Hospital Pedro II, longe do campus, e só tinha uma sala para prática que era cheia de coisa velha, era uma sala para TO e fisio, todo mundo estudava junto. Para dar as aulas, os médicos vinham para essa sala e davam a aula, juntava todo mundo, setenta pessoas dentro de uma sala que era razoavelmente grande, mas depois nos dividíamos, os fisios iam para prática em outro lugar e nós ficávamos nessa salinha horrorosa. Outras vezes nós íamos para as salas do hospital para ter aula de cardiologia, ortopedia, traumatologia. Nós ficávamos em uma salinha aprendendo trabalho com palha, tinha umas coisas enferrujadas, velha, bem rústico (Colaboradora Nadeje Accioly).

A turma de 1962 formou-se em dezembro de 1964 (CASTELO BRANCO, 2003; UNIVERSIDADE..., 2009). Conforme Moura Filho (2010 apud BATTISTEL, 2016), o diretor do IUR, Ruy Neves Batista, solicitou ao diretor da Faculdade de Medicina do Recife o reconhecimento do curso em nível universitário, responsabilizando-se por sua fiscalização e expedição dos diplomas dos formados da primeira turma, fatos que se consolidaram apenas em 1968, quando o curso¹² foi administrativamente reconhecido e oficializado pelo Conselho Universitário da Universidade do Recife, passando a ter caráter público, federal, e o IUR foi extinto (MOURA FILHO, 2014 apud BATTISTEL, 2016). Porém, de fato, o curso foi oficializado somente em maio de 1973 (Decreto nº 72.213) (CASTELO BRANCO, 2003).

Ainda em 1964, a coordenação acadêmica do curso foi transferida para o professor Bianor Germano da Hora (BATTISTEL, 2016), e, conforme Nadeje Accioly (2016), sua duração foi ampliada para três anos.

Nadeje Accioly (2016) relatou que o curso foi transferido do Hospital Dom Pedro II para o campus universitário da UFPE por volta de 1980, mas só em 1982 ocorreria o primeiro vestibular com opção direta para a graduação de terapia ocupacional, sendo extinto de uma vez por todas o nome *curso*

de reabilitação (CASTELO BRANCO, 2003; UNIVERSIDADE..., 2009).

Em Belo Horizonte, as formações técnicas em fisioterapia e terapia ocupacional se articularam com a necessidade de criação de mão de obra na área de reabilitação para trabalhar no Hospital Arapiara, especializado no atendimento de doenças do aparelho locomotor. Os cursos foram estabelecidos pelo convênio entre a Fundação Arapiara e a Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG), firmado em outubro de 1961 (NASCIMENTO et al., 2006; MEDEIROS, 2008; FACULDADE..., 2012). Essa faculdade tinha ligação com a Universidade Católica de Minas Gerais. Nas palavras de Carmen Tereza Costa, que foi aluna e, posteriormente, docente do Curso de Terapia Ocupacional da FCMMG:

Era um curso que estava iniciando na Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais e vinha de um processo em que ele tinha sido criado por um grande Centro de Reabilitação, o Hospital Arapiara, como ocorreu em outros lugares no Brasil... Esse curso foi incorporado pela Universidade Católica, e esta universidade, junto à faculdade particular de Ciências Médicas, encampou o curso. Exatamente em 1969, ele já foi reconhecido como um curso de nível superior pelo decreto de 13 de outubro de 1969 (Colaboradora Carmen Teresa Costa).

Em 1962, iniciaram-se as primeiras turmas dos cursos, sob a responsabilidade legal da Fundação Arapiara. Somente em março de 1969, os cursos foram transferidos para a FCMMG (MEDEIROS, 2008). Nesse mesmo ano, a FCMMG desligou-se da Universidade Católica (MEDEIROS, 2008; FACULDADE..., 2012, 2017). Segundo a colaboradora Carmen Teresa Costa (2016), após a transferência administrativa dos cursos para a FCMMG, estes foram formatados, inclusive passando o período de formação para quatro anos.

Ainda em 1969, a graduação de terapia ocupacional passou a contar com a colaboração de Débora Wood, uma terapeuta ocupacional norte-americana enviada pelo *psychcorps* para prestar assistência ao Hospital Arapiara. Em 1971, Débora Wood foi substituída por Johanna Noordhoek, uma terapeuta ocupacional holandesa (SOARES, 1987; NOORDHOEK, [2015?] apud BATTISTEL, 2016).

O reconhecimento dos cursos ocorreu em dezembro de 1971 (Decreto nº 69.687). Já em 1974, lançou-se a primeira proposta de reformulação curricular (FACULDADE..., 2012).

Em 1982, os cursos foram separados, alocados em departamentos específicos. Após 1983, a formação em terapia ocupacional foi ampliada para cinco anos

(FACULDADE..., 2012). Atualmente, a instituição não abre turmas para o curso.

Ao final da década de 1960, especificamente em 1969, a profissão foi regulamentada no Brasil e reconhecida sua demanda por uma formação de nível superior, por meio do Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969 (BRASIL, 1969). Por causa dessa regulamentação, na década de 1970 os novos cursos já precisavam ser criados de maneira a atender à legislação. Como reflexo da consolidação de uma base legal conferida à terapia ocupacional nos anos de 1960, na qual, além do decreto-lei citado, também se incluíam o Parecer nº 388, de 10 de dezembro de 1963, que delimitou a carga horária mínima dos cursos de fisioterapia e terapia ocupacional (2.160 horas) e definiu seu currículo mínimo, e a Portaria nº 511, de 23 de julho de 1964, que estabeleceu efetivamente o primeiro currículo mínimo para os cursos, em um contexto de reivindicação e defesa de uma Reforma do Ensino Superior brasileiro, que veio a se dar em 1968, decorreu, ao longo da década de 1970, uma primeira expansão de cursos de formação superior na área, em detrimento do caráter técnico (nível médio) dos cursos iniciais.

Esse primeiro “boom” de cursos de terapia ocupacional (LOPES, 2004; LOPES; PAN, 2013), em que tiveram destaque as Instituições de Ensino Superior (IES), privadas, pode ser dividido em duas fases: de 1970 a 1975 e de 1976 a 1979.

Na primeira metade, dois cursos foram criados, um em Salvador/BA e outro em Fortaleza/CE. Segundo Ester de Lima Pires (2016), ex-aluna e docente pioneira no Curso de Terapia Ocupacional da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP), uma IES privada:

Em 1972, a Universidade Federal da Bahia – UFBA abriu um curso em reabilitação de fisioterapia/terapia ocupacional, correspondendo a tecnológico, com duração mínima de um ano e meio e que não era reconhecido como universitário. A criação do curso na UFBA foi incentivada por uma mobilização nacional. Com muitos mutilados e deficientes físicos e mentais, a AACD e APAEs¹³, precisavam de profissionais para trabalhar com esses deficientes; e na Bahia, o IBR¹⁴ também precisava atender os deficientes físicos (Colaboradora Ester de Lima Pires).

Por volta de 1970, iniciou-se uma turma para um curso técnico em reabilitação: fisioterapia e terapia ocupacional em Salvador, mas a instituição responsável pela oferta do curso demonstrou certo desinteresse na sua continuidade. Contudo, a falta

de profissionais específicos para o trabalho na área de reabilitação estimulou o interesse de incorporação do curso pela mantenedora do Hospital Santa Izabel e da EBMSP. Esse interesse levou à incorporação do curso por essas instituições em 1972 (SOLIONI, 2012), absorvendo, inclusive, sua primeira turma, que estava próxima da finalização.

Em 15 de dezembro de 1972, a primeira turma concluiu o curso, e os alunos tiveram seus diplomas expedidos pela EBMSP, respeitando o nível técnico dele (SOUZA; SENA, 2005). Embasados pelo Decreto-Lei nº 930, de 13 de outubro de 1969, que garantia a formação universitária aos cursos de fisioterapia e terapia ocupacional, em 1973 a EBMSP ofertou vestibular para os cursos de fisioterapia e terapia ocupacional de forma independente e em nível superior.

Para Ester de Lima Pires (2016), desde o início da graduação, as turmas tinham um número pequeno de alunos, formando uma quantidade insuficiente de profissionais para suprir as demandas do Estado. Ainda, havia certa sujeição do curso de terapia ocupacional ao curso de medicina, impedindo um avanço da graduação dentro da instituição. Em virtude desses e de outros fatores, em 1986 a instituição optou por não ofertar mais turmas. Atualmente, após inúmeros desdobramentos durante as décadas de 1990 e 2000, o curso encontra-se fechado.

Em Fortaleza, a graduação em terapia ocupacional foi criada em 1973, em nível universitário, junto com a de fisioterapia, que funcionavam como um único curso com ênfase em uma ou em outra área ao final. O curso foi implantado pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), também privada, como relata a colaboradora Maria Marta de Oliveira Sampaio (2016), aluna da primeira turma e ex-docente da universidade:

[...] o primeiro vestibular da UNIFOR foi em 1973. O curso de TO/fisio era de três anos. Na faculdade tinham três cursos da área da saúde: TO/fisio, enfermagem e educação física; foram os três que entraram em 1973 (Colaboradora Maria Marta de Oliveira Sampaio).

A primeira turma formou-se em dezembro de 1975 e o reconhecimento do curso ocorreu em novembro de 1976, mediante o Decreto nº 78.813 (LIMA, 2013). Maria Marta de Oliveira Sampaio assumiu em 1976 a coordenação do curso, quando o currículo deste foi reformulado, e, no segundo semestre do mesmo ano, o vestibular para fisioterapia e terapia ocupacional passou a ser realizado de forma independente.

Segundo Maria Marta de Oliveira Sampaio (2016), o curso vivenciou momentos de muita procura por parte da comunidade, porém, com o surgimento de novas IES na cidade e a criação de novas opções de cursos superiores, a procura pela graduação em terapia ocupacional da UNIFOR foi diminuindo e, em 2016, após 43 anos, não havia oferta de turmas (UNIVERSIDADE..., 2016).

Na segunda metade da década de 1970, foram criados cinco cursos, todos na região Sudeste, três deles no Estado de São Paulo, sendo dois em instituições privadas, na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), no município de Piracicaba, e na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), em Campinas, e um em instituição pública, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na cidade de São Carlos. Os outros dois estavam na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Faculdade de Reabilitação da Associação de Solidariedade à Criança Excepcional (FRASCE), e em Belo Horizonte/MG, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A UNIMEP abrigou o segundo curso de terapia ocupacional do Estado de São Paulo, iniciado em 1976, primeiro curso da área vinculado a uma instituição profissional, metodista, de origem privada. No depoimento de Maria Heloísa da Rocha Medeiros, uma das primeiras terapeutas ocupacionais docentes do curso, pode-se entender como este foi estruturado:

Um dia eu estava na minha casa dando de mamã e toca a campanha... Iracema Vergotti!¹⁵ Ela disse: “Helô!” Eu disse: “O que é que é? Entra aí!” Ela falou que estava abrindo um curso de TO em Piracicaba e foi me chamar para eu ensinar nesse curso. Ela disse que estavam ela e Maricy!¹⁶ nesse curso e elas tinham acabado de criar uma disciplina que chamava TO aplicada às condições sociais, falou que a única TO que entendia de condições sociais era eu. Eu disse: “EU? Eu não dei conta! Eu não vou! É mentira!” No segundo semestre de 1977 eu comecei a ir uma vez por semana de São Paulo para Piracicaba. Na UNIMEP o curso também era pago (Colaboradora Maria Heloísa da Rocha Medeiros).

Na UNIMEP, o curso tinha duração de três anos e foi reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) em janeiro de 1980 (Portaria nº 92). Com a formação da primeira turma, foram contratados alunos egressos para a docência e coordenação. Também houve certo investimento institucional na infraestrutura da graduação, inclusive a ampliação de locais de estágio. Apesar disso, na década de 1980, esse curso foi encerrado.

O Curso de Terapia Ocupacional da PUC-Campinas foi criado em 1977, sob a coordenação da terapeuta ocupacional Irene de Aquino Vilar, como ressalta Maria Heloísa da Rocha Medeiros (2015), também docente pioneira dessa instituição:

[...] em 1978, a Irene foi à minha casa dizer que ela tinha aberto o curso de terapia ocupacional na PUC-Campinas em 1977 e estava precisando de professor. O curso era pago.

Esse foi o segundo curso do país vinculado a uma instituição profissional privada, ligada à igreja católica.

De acordo com Maria Heloísa da Rocha Medeiros (2015), a infraestrutura da universidade para receber a graduação era insuficiente e as aulas eram ministradas no recém-inaugurado Campus I, na Faculdade de Artes Plásticas. Contudo, Toldrá, Carvalho e Ballarin (2008, p. 132) ressaltam que a proposta pedagógica do curso era “inovadora e diferenciada”, embasada nos padrões preconizados pela Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais, o que não evitou reivindicações de sua alteração ainda nesse início. Foi ampliado o tempo de formação de três para quatro anos e houve a inserção da exigência do Trabalho de Conclusão de Curso desde a primeira turma, formada em dezembro de 1980.

O reconhecimento do curso ocorreu em julho de 1981 (Portaria nº 432). Em 1982, iniciou-se uma reestruturação curricular do curso, advinda da elaboração, na década de 1980, do Projeto Pedagógico da Universidade, mas também fruto da construção do novo currículo mínimo para as graduações em terapia ocupacional no Brasil (ASSOCIAÇÃO..., 1980; MAGALHÃES, 1989).

O curso da PUC-Campinas passou por períodos de intenso desenvolvimento, bem como por diversas crises. Por volta de 2010/2011, a instituição não ofertou processo seletivo na área, todavia isso foi revertido, e, atualmente, a graduação encontra-se em funcionamento.

Concomitante ao estabelecimento do curso da PUC-Campinas, criava-se, no Rio de Janeiro, o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Faculdade de Reabilitação da Associação de Solidariedade à Criança Excepcional (FRASCE), uma instituição privada, vinculada a um Centro de Reabilitação. O primeiro vestibular ocorreu em março de 1977, ofertando 100 vagas. Sua regulamentação veio pelo Decreto nº 83.479, em maio de 1979.

Virgílio Cordeiro de Melo Filho (2015), docente pioneiro desse curso, comenta:

[...] no curso de TO da FRASCE foi assim: a Nely⁷ foi antes de mim para a FRASCE, mas ainda não estava na hora de eu entrar; eu só entraria quando o curso começasse a dar as específicas de TO. Então, quando começou as matérias específicas de TO é que eu fui para lá (Colaborador Virgílio Cordeiro de Melo Filho).

Em 1982, houve um parecer favorável à mudança do regimento da FRASCE, que continha a estrutura curricular das graduações e a departamentalização das disciplinas (BRASIL, 1982). Porém, as exigências postas em 1983 pelo currículo mínimo para os cursos de terapia ocupacional não agradaram o desembargador Libórni Bernardino Siqueira, presidente da Associação de Solidariedade à Criança Excepcional (ASCE)¹⁸. Com a autorização do curso de fonoaudiologia, 50 vagas da terapia ocupacional foram remanejadas para a nova área, pois, segundo os Pareceres CFE nº 905 (1987) e nº 32 (1988), o curso de terapia ocupacional estava extinto, possibilitando tal remanejamento. Assim, por volta de 1985/1987, a FRASCE teria deixado de abrir vagas e finalizava suas últimas turmas de terapia ocupacional (BRASIL, 1989). Contudo, Silva ([2015?] apud BATTISTEL, 2016) afirma que a graduação funcionou até 1991 ou 1993.

Também no final da década de 1970, foi criado na cidade de São Carlos o segundo curso em uma IES pública no Estado de São Paulo, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O primeiro vestibular ocorreu em agosto de 1978, ofertando 30 vagas, como destaca Maria Luísa Guillaumon Emmel, terapeuta ocupacional, docente pioneira dessa graduação:

No começo de 1978 tomei conhecimento que abriria o curso de TO aqui [São Carlos]. Tinha um professor meu, da USP, José Rodrigues Louzã, um fisiatra, que veio montar o curso de TO a pedido da reitoria. Ele havia dirigido o Instituto de Reabilitação da USP, então eu acho que a referência de trazê-lo para abrir o curso da UFSCar talvez tenha sido do Instituto de Reabilitação. O Curso de Terapia Ocupacional da UFSCar começou em agosto de 1978, porque o vestibular era no meio do ano, e entravam trinta alunos. À medida que eu assumia as tarefas do curso, o prof. Louzã espaçava suas vindas a São Carlos e foi assim que eu assumi a coordenação do curso, com toda a responsabilidade de montar a estrutura de laboratórios, contratação de docentes e a construção da primeira grade de estágios dos alunos. Além, é claro, de preparar aulas e ministrar várias disciplinas. Inicialmente nós estávamos dentro do Departamento de Ciências da Saúde, que tinha enfermagem, fisio, TO e toda a

área básica da saúde (Colaboradora Maria Luísa Guillaumon Emmel).

O curso da UFSCar foi estruturado pelo médico ginecologista José Rodrigues Louzã, antigo professor do IR do HC-USP; porém, Maria Luísa Guillaumon Emmel foi rapidamente contratada pela IES para assumir as obrigações referentes à docência e, posteriormente, à coordenação do curso, cargo naquela época ainda pouco ocupado por terapeutas ocupacionais. De acordo com Rosa e Emmel (2001), as atividades administrativas e de gerenciamento desenvolvidas pelo professor, como coordenação de cursos e núcleos de pesquisa, chefias de departamento, representação nos órgãos colegiados, organização de eventos, de certa forma delimitam um espaço político e demarcam uma posição no espaço universitário. Com isso, ter cursos coordenados por terapeutas ocupacionais significava possibilidade de avanço acadêmico na área.

Segundo Maria Luísa Guillaumon Emmel (2016), “[...] o curso funcionava no mesmo prédio que era a reitoria antigamente, junto com a enfermagem. A fisioterapia e a terapia ocupacional tinham uma salinha com duas escrivatinhas, uma para cada coordenadora”; já as salas de aula eram comuns para todos os cursos da universidade. O primeiro investimento da coordenadora foi a mudança do currículo vigente. Em suas palavras, “[...] comecei imediatamente a reestruturação do currículo propondo um curso de quatro anos, porque eu queria que essa primeira turma já fizesse o curso dentro do novo perfil”. A mudança curricular foi aprovada em novembro de 1979 pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFSCar (UNIVERSIDADE..., 2007).

Novos docentes terapeutas ocupacionais foram contratados e passaram a contribuir com a estruturação do curso, inclusive, conforme Maria Luísa Guillaumon Emmel (2016), solicitando ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) investimentos para pesquisa.

O reconhecimento dessa graduação ocorreu em setembro de 1983, por meio da Portaria nº 400, mas, em 1984, houve nova reestruturação curricular motivada pelo currículo mínimo nacional de 1983 e pela decisão da Câmara de Graduação da UFSCar (UNIVERSIDADE..., 2007). Seguiram-se outras modificações curriculares na UFSCar, e a última foi realizada em 2015 e implantada em 2016.

O quinto e último curso de terapia ocupacional aberto na segunda metade da década de 1970 foi instalado em 1979 na UFMG, em Belo Horizonte, sendo a segunda graduação do Estado de Minas Gerais, primeira de caráter público. Carmen Teresa

Costa, segunda docente terapeuta ocupacional do curso, comenta:

Em 1980 eu fui para o curso novo que tinha aberto na federal (UFMG). Quando eu entrei já tinha seis meses que a primeira turma tinha começado. O Curso foi acolhido pela Escola de Educação Física, o que na época gerou uma série de discussões. Ele estava sendo implantado por uma grande amiga minha, fisioterapeuta, chamada Maria Lúcia Paixão, e tinha uma assessora pedagógica, a Rosa Belman Viote. Inclusive, para abertura do curso foi feita uma proposta e eu acho que participei de algumas reuniões disso, fiz uma coletânea de currículos de terapeutas ocupacionais no mundo inteiro (Colaboradora Carmen Teresa Costa).

Os Cursos de Terapia Ocupacional e de Fisioterapia da UFMG foram vinculados à Escola de Educação Física, que, segundo a colaboradora Carmen Teresa Costa, “[...] *tinha sido fundada por militares, mesmo sendo pública*”; tal vinculação traz à tona o contexto histórico nacional no qual os primeiros cursos de terapia ocupacional foram sendo criados em plena efervescência da ditadura militar.

Carmen Teresa Costa (2016) conta que o curso foi estruturado em cinco anos. A primeira turma iniciou-se no segundo semestre de 1979 e, por volta de dois anos depois, criou-se o Departamento de Fisioterapia e Terapia Ocupacional naquela escola.

A primeira reformulação curricular da UFMG ocorreu em 1985, motivada pelo currículo mínimo de 1983 (UNIVERSIDADE..., 2008). Também, conforme relata a pioneira, a infraestrutura do curso foi sendo modificada, assim como foram implantados convênios para realização dos estágios. Atualmente, o curso encontra-se consolidado e em funcionamento.

No início da década de 1980, até a Resolução nº 4, de 28 de fevereiro de 1983, que estabeleceu quatro anos como tempo mínimo para a formação profissional de graduação e especificou a necessidade de conteúdos próprios da profissão (LOPES, 1991), alterando boa parte da estrutura dos cursos existentes, surgiram mais três cursos de graduação em terapia ocupacional no país, todos vinculados a IES privadas, sendo duas na região Sul e uma na região Sudeste – em Lins/SP, a quinta nesse Estado.

A primeira graduação criada na década de 1980 foi implantada no Instituto Porto Alegre (IPA), uma instituição ligada à igreja metodista, autorizada pela Portaria nº 84.369, com o primeiro processo seletivo em janeiro de 1980 ofertando 50 vagas (PACHECO, 2006). A terapeuta ocupacional Eliana Maria Dantas Anjos, colaboradora deste estudo, foi

a segunda docente específica do curso e conta sobre sua chegada ao IPA:

Quando eu tinha um ano e meio de formada, em agosto de 1981, eu vim para Porto Alegre convidada pelo IPA. A Faculdade de Ciências da Saúde do Instituto Porto Alegre – IPA estava criando os cursos de fisioterapia e de terapia ocupacional. A instituição que eu trabalhava era metodista. Comecei a dar aula na faculdade já em agosto de 1981 (Colaboradora Eliana Maria Dantas Anjos).

De acordo com Pacheco (2006), o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional do IPA foi implantado com o apoio da terapeuta ocupacional paulista Marina Schivoletto, de alguns fisioterapeutas oriundos de outros estados e do então diretor da instituição, Washington Gutierrez. A autora pontua que, após oito meses no IPA, Marina Schivoletto, coordenadora do curso, afastou-se da IES, deixando a coordenação a cargo de um dos fisioterapeutas participantes da fundação dos cursos e coordenador da fisioterapia. Isso gerou conflitos entre os alunos de terapia ocupacional, pois, mesmo depois da contratação da terapeuta ocupacional Eliana Maria Dantas Anjos, o fisioterapeuta foi mantido na coordenação do curso, repassada para Eliana apenas em 1982 (PACHECO, 2006).

Em 1982, outras terapeutas ocupacionais começaram a ser contratadas para lecionar no curso, quando também houve mudança no turno de oferta, passando de noturno para vespertino (PACHECO, 2006). Conforme Eliana Maria Dantas, a mudança de horário, entre outras finalidades, foi realizada buscando-se agregar valor à profissão e atrair outros públicos (ANJOS, 2015).

A primeira turma do curso no IPA formou-se em 1983 e seu reconhecimento se deu em dezembro de 1984 (Portaria nº 524). Em 1985, ocorreu a primeira reestruturação curricular, motivada pelo currículo mínimo de 1983. Em 2013, o curso do IPA, pioneiro no Estado do Rio Grande do Sul, não mais abriu turmas.

Contemporâneo à graduação do IPA, foi criado o curso nas Faculdades Salesianas de Lins, na cidade de Lins/SP, autorizado pelo Decreto nº 85.551, de dezembro de 1980, sendo o quarto curso do país vinculado a uma instituição confessional – nesse caso, à igreja católica. Segundo Vendrame et al. (2005), em 1980, a coordenação do curso ficou sob a responsabilidade da terapeuta ocupacional Maria Augusta Gaiani, a primeira docente do curso.

Tal como na UFMG, em Lins a formação em terapia ocupacional esteve vinculada à Faculdade de Educação Física por um longo período, como

descreve a terapeuta ocupacional e segunda docente específica da área, Nuhad Dargham Simionato (2015):

Assim que me formei, em 1982, fui convidada para trabalhar no Curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Educação Física de Lins, era assim que se chamava. Quando eu comecei, o curso já funcionava há dois anos. Existia uma faculdade de educação física em Lins – FEFIL, e o diretor da época, o Padre Eloy, quis ampliar a área da saúde e buscou outros cursos, abriu os cursos de fisioterapia e de terapia ocupacional. Assim ficou sendo por anos até os processos dos cursos serem reconhecidos e passar a se chamar Faculdades de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Essas faculdades eram vinculadas à Missão Salesiana de Mato Grosso, com sede em Campo Grande (MS) (Colaboradora Nuhad Dargham Simionato).

A primeira turma do curso iniciou-se em 1981, com a proposta de aulas em período integral durante três anos, porém, quando Nuhad Dargham Simionato assumiu a coordenação em 1982, identificou lacunas no currículo e propôs sua reestruturação. Entretanto, dado o processo de reconhecimento em curso, o currículo vigente não podia ser alterado, e, buscando uma melhor formação ainda para primeira turma, foram criados cursos extracurriculares, assim como uma Clínica Escola de Reabilitação. Segundo a colaboradora, a formatura dessa primeira turma foi adiada para janeiro de 1984. A Portaria nº 389, de maio de 1985, reconheceu a graduação, com posterior ampliação do curso para quatro anos (CENTRO..., 2007). Em 2013, mesmo após inúmeras conquistas acadêmicas, o curso foi encerrado.

Na Faculdade Tuiuti, em Curitiba/PR, foi fundado o último curso antes da aprovação do segundo currículo mínimo nacional, autorizado em fevereiro de 1981 pelo Decreto Federal nº 85.734 (NICKEL, 2007). Essa IES pertencia ao Coronel Sidney Lima Santos, também proprietário do Centro de Reabilitação Sydney Antônio (CRESA), como relata o terapeuta ocupacional Milton Carlos Mariotti, um dos docentes pioneiros do curso:

O curso da Tuiuti abriu em 1981. Era uma universidade familiar, o dono da universidade era um coronel chamado Sidney Lima Santos, ele tinha um filho surdo e na época em que o filho era criança/adolescente, ele e a família criaram um centro de reabilitação para pessoas com deficiência auditiva, esse centro de reabilitação foi crescendo e, como também tinha muita dificuldade em ter os profissionais em Curitiba, na época tinha poucas universidades aqui, só tinha a Federal e a PUC, então esse Centro de Reabilitação foi crescendo e virou uma Faculdade de Reabilitação e eles

criaram os cursos de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicologia. Depois a Tuiuti virou um centro universitário e posteriormente uma universidade (Colaborador Milton Carlos Mariotti).

A estruturação e a coordenação desse curso ficaram a cargo da terapeuta ocupacional e “[...] professora Doris Broide Fridman. Ela morou em Curitiba por um tempo, era coordenadora e participou da montagem do curso” (Colaborador Milton Carlos Mariotti).

Depois de um processo seletivo que ofertou 80 vagas para um curso de quatro anos, a primeira turma começou em 1981. O currículo foi elaborado com base no de 1963, mas rapidamente foi adequado aos parâmetros postos em 1983. Para Ana Maria Silvello Pereira (2015), docente pioneira do curso, à medida que os novos professores da área chegaram à instituição, a graduação foi sendo consolidada.

Em 1985, formou-se a primeira turma, com 30 alunos, reconhecidos como profissionais de nível superior em maio de 1986 (Portaria nº 329), pois até então recebiam o título de tecnólogos (NICKEL, 2007).

Um problema enfrentado pelo curso era o esvaziamento das turmas ao longo do ano letivo. Segundo Nickel (2007), depois de 1991, a relação candidato/vaga não foi superior a um para um, esvaziamento que, atrelado ao alto custo da mensalidade e ao pouco reconhecimento social da profissão, motivou o encerramento do curso. Para a terapeuta ocupacional Nazaré de Andrade Monteiro (2015), docente de 1983 até o encerramento do curso, isso se deveu ao caráter privado da IES e às cobranças que se tinha para alcançar e para manter os alunos.

4 Palavras Finais: Inventando/ Construindo uma Formação/ Graduada em Terapia Ocupacional no Brasil

Com o advento dos cursos de terapia ocupacional, surgiu a necessidade de contratação de profissionais da área para ensinar as disciplinas referentes às especificidades da profissão; todavia, ainda não havia pessoas capacitadas para essa função no Brasil.

Nos primeiros dois cursos, o ensino específico da área ficou sob a responsabilidade de duas assistentes sociais brasileiras que realizaram cursos de terapia ocupacional no exterior. Uma delas foi Lila Linhares Blandy, que teve apoio do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes de São Paulo para estudar terapia ocupacional no exterior e,

ao retornar ao Brasil, foi cedida para contribuir com a formação da primeira turma do Curso Técnico de Terapia Ocupacional da ERRJ (SOARES, 1987; CAMPOS, 1985). A outra foi Neyde Tosetti Hauck, funcionária do HC-USP, enviada pela ONU aos Estados Unidos para um curso elementar de terapia ocupacional na *New York University*, de 1952 a 1954, e, posteriormente, de 1955 a 1957, apoiada pela OMS, frequentou um curso regular de terapia ocupacional na *McGiel University*, em Montreal (Canadá). Ao retornar ao Brasil, foi incumbida de estruturar e lecionar no Curso de Terapia Ocupacional do IR (HAUCK, 1986).

À medida que esses cursos formavam os primeiros terapeutas ocupacionais do país, as IES contratavam seus egressos para o trabalho técnico nos Centros de Reabilitação e, alguns deles, também para a docência. Assim aconteceu com Hilêde Wanderley Catanhede, que ocupou o lugar de Lila na ERRJ, e com Maria Auxiliadora Cursino Ferrari, que, ao finalizar sua formação no IR, foi contratada para lecionar no curso em virtude da saída de sua professora, a canadense Elizabeth Eagles, ao final de 1965 (SOARES, 1987; FERRARI, 2013).

O colaborador Virgílio Cordeiro de Melo Filho faz referência à sua formatura em 1971 na ERRJ e a simultaneidade do início de sua carreira docente. Para o pioneiro,

[...] o processo de tornar-se professor foi algo assim, não tinha quem desse, vai você que tem uma formação recente. Não tem tu, vai tu mesmo! Naquela época, o curso era de três anos. No meu terceiro ano de curso eu já dava aula. Quando acabei o curso, já fiquei na ABBR dando aula (Colaborador Virgílio Cordeiro de Melo Filho).

Nesse início de criação e consolidação dos cursos, os profissionais recém-formados também iam a outros estados lecionar naqueles cursos que estavam sendo fundados. Assim foi para Eliana Maria Dantas Anjos, formada pela EBMSP, em Salvador, e uma das pioneiras da docência em Porto Alegre, bem como para os(as) pioneiros(as) Ana Maria Silvello Pereira, Milton Carlos Mariotti e Nazaré de Andrade Monteiro, que, formados pela PUC-Campinas, no início de 1980, dirigiram-se para a docência no curso criado em Curitiba. Ana Maria Silvello Pereira conta que:

Com relação processo de seleção e ingresso como docente da Faculdade Tuiuti, não foi difícil, o curso precisava de professor, não existia o profissional em Curitiba, então foi tranquilo. O profissional fazia uma entrevista com a coordenadora do curso, com

o diretor faculdade (ele queria conhecer todos os professores que se candidatavam ao cargo) então, o acesso a esse cargo foi muito simples (Colaboradora Ana Maria Silvello Pereira).

No diálogo com Milton Carlos Mariotti, o pioneiro faz referência ao mesmo processo seletivo para contratação de professor, reafirmando o critério de seleção utilizado. Ainda no início da década de 1980, a simplicidade do processo seletivo para a função docente, como relatam os pioneiros, refletia na incipiência profissional e acadêmica da área.

Além da falta de capacitação acadêmica dos novos professores, estes sofriam com a dificuldade de acesso aos conteúdos bibliográficos específicos da profissão, algo que conheceram durante suas formações. A maioria dos pioneiros faz referência a apenas dois livros de terapia ocupacional: “Williard & Spackman” e “MacDonald”, na versão em espanhol, denominados por Virgílio Cordeiro de Melo Filho (2015) de “as bíblias da terapia ocupacional”. Também havia algumas revistas internacionais de terapia ocupacional, porém Maria Luísa Guillaumon Emmel (2016) relata que

[...] as revistas internacionais não eram como hoje que você vai na base de dados e encontra; você tinha que pedir para a biblioteca assinar a revista. [...] mas eles chegavam com seis meses, um ano de atraso.

A pioneira Nadeje Accioly, formada pela UFPE, comenta acerca dessa dificuldade:

Tinha alguns livros, [...] mas de TO não tinha quase nada. No livro de Neurologia tinha uma folha que era de TO, mas dizia pouquíssimo. Nós ficávamos feito umas baratas doidas, como era que nós íamos saber o que era terapia ocupacional se não tinha livro, não tinha nada que divulgasse, tinha que buscar em jornais e revistas científicas no exterior e pedir para traduzir (Colaboradora Nadeje Accioly).

A formação insuficiente dos docentes pioneiros, atrelada à dificuldade de acesso aos materiais bibliográficos e à insegurança proveniente do exercício da nova profissão, potencializava as dificuldades da carreira docente, o que se articulava com a falta de estrutura física e administrativa das IES.

De fato, os primeiros terapeutas ocupacionais que adentraram pela carreira docente tiveram que enfrentar inúmeros obstáculos para dar continuidade aos cursos; tiveram que inventar uma nova profissão e, ao mesmo tempo que se inventavam enquanto docentes, era necessário construir cursos, formar

peçoas e abrir o mercado de trabalho para as novas gerações de profissionais.

Como relata Eliana Maria Dantas Anjos,

[...] *conceber o meu ser adulto e conceber uma terapia ocupacional foi tudo junto. Para mim, foi junto, porque eu era uma menina quando vim para Porto Alegre. Conceber isso, implantar TO aqui, fazer a TO ser respeitada aqui, dar entrevista [...]* (Colaboradora Eliana Maria Dantas Anjos).

No discurso de alguns pioneiros, percebe-se que eles nem sempre estavam convictos da formação que estavam promovendo ou mesmo da profissão que estavam se permitindo seguir. Para Maria Luísa Guillaumon Emmel,

[...] *esse comecinho, principalmente esse iníciozinho, foi muito solitário; não que tenha sido ruim, mas às vezes me dava uma angústia muito grande de saber se o que eu estava fazendo era verdadeiramente o que tinha que ser feito, se era o certo* (Colaboradora Maria Luísa Guillaumon Emmel).

Não obstante, sem esse empenho pioneiro não se teria partido em direção ao que hoje se tem construído e se continua a construir no Brasil. Pouco se tinha nessas primeiras décadas, mas com a presença da qualidade do que se almeja.

Referências

- ACCIOLO, N. O. *Comunicação oral*. Recife, 26 de janeiro de 2016.
- ANJOS, E. M. D. *Comunicação oral*. Porto Alegre, 13 de setembro de 2015.
- ASSOCIAÇÃO DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS DO BRASIL – ATOB. *Proposta de reformulação do currículo mínimo de terapia ocupacional*: comissão de ensino. São Paulo, 1980.
- BAPTISTA, H. *A ABBR na história da medicina física e reabilitação*: livro histórico da ABBR. Rio de Janeiro: ABBR, 1988. Disponível em: <<https://www.abbr.org.br/abbr/historico/index.html>><http://www.abbr.org.br/abbr/historico/index.html>>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- BARROS, F. B. M. *Fisioterapia, poliomielite e filantropia*: a ABBR e a formação do fisioterapeuta no Rio de Janeiro (1954-1965). 2009. 259 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.
- BATTISTEL, A. L. H. T. *História oral de professores de terapia ocupacional*: três vidas, três histórias, quatro cantos do Brasil. 2016. 309 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.
- BITTENCOURT, A. M. *Comunicação pessoal*. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2015.
- BRASIL. Ministério da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar. Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969. Provê sobre as profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 out. 1969.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parecer nº 51, de 27 de janeiro de 1982. Regimento da Faculdade de Reabilitação da ASCE. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 jan. 1982.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parecer nº 740, de 31 de agosto de 1989. Reconhecimento do Curso de Fonoaudiologia ministrado pela Faculdade de Reabilitação. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 set. 1989.
- CAMPOS, M. A. *Comunicação pessoal*. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1985.
- CASTELO BRANCO, M. F. F. *Terapia Ocupacional: construção de uma identidade profissional*. 2003. 104 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO SALESIANO AUXILIUM – UNISALESIANO. *Projeto de Desenvolvimento Institucional*. Cidade@: Maceió. Araçatuba, 2007. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/pdi/relatorios/PDIGeral_2007.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2016.
- CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COSTA, C. T. *Comunicação pessoal*. João Pessoa, 27 de janeiro de 2016.
- EMMEL, M. L. G. *Comunicação oral*. São Carlos, 19 de abril de 2016.
- FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE MINAS GERAIS – FCMMG. *Projeto pedagógico do curso de terapia ocupacional*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE MINAS GERAIS – FCMMG. *Cidades@*: Maceió. Belo Horizonte: UFMG, 2017. Disponível em: <<http://www.cmmg.edu.br/a-faculdade/>>. Acesso: 2 maio 2017.
- FERRARI, M. A. Uma luz no final do túnel do conhecimento: a chegada da terapia ocupacional na cidade de São Paulo. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 21, n. 3, p. 663-670, 2013.
- GATTAZ, A. C. Da fala ao texto. In: GATTAZ, A. C. *Emissão e recepção de experiências narradas*: história oral: produção, performances e resultados. São Paulo: Núcleo de Estudos de História Oral, Universidade de São Paulo, 2015. Anotações da autora.
- GIGANTE, M. A. *História oral de idosos asilados em São Carlos – SP*: velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008).

2008. 225 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2008.
- HAUCK, N. T. *Comunicação oral*. São Paulo, 14 de maio de 1986.
- LE GOFF, J. Uma ciência em marcha, uma ciência na infância. In: LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. [s.p.].
- LEMOES, F. I. *Comunicação oral*. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1985.
- LIMA, B. Os quarenta anos da UNIFOR. *Jornal da Universidade de Fortaleza*, Fortaleza, n. 228, p. 10-10, 2013. Disponível em: <<http://www.unifor.br/images/pdfs/unifornoticias228.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- LOPES, R. E. *A formação do terapeuta ocupacional: o currículo: histórico e propostas alternativas*. 1991. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1991.
- LOPES, R. E. Terapia ocupacional em São Paulo um percurso singular e geral. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 12, n. 2, p. 75-88, 2004.
- LOPES, R. E.; PAN, L. C. O ensino de terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 11-103, 2013.
- LOUZÁ, M. C. C. *Biografias de acadêmicos: José Rodrigues Louzã*. São Paulo: Academia de Medicina de São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/302/BIOGRAFIA-JOSE-RODRIGUES-LOUZA.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2016.
- MAGALHÃES, L. V. *Os terapeutas ocupacionais no Brasil: sob o signo da contradição*. 1989. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Campinas, Campinas, 1989.
- MEDEIROS, J. L. Esboço histórico da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. *Revista Médica de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 67-72, 2008.
- MEDEIROS, M. H. R. *Comunicação oral*. Campinas, 13 de novembro de 2015.
- MEIHY, J. C. S. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MELO FILHO, V. C. *Comunicação oral*. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 2015.
- MELO, D. O. C. V. *Em busca de um ethos: narrativas da fundação da terapia ocupacional na cidade de São Paulo (1956-1969)*. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2015.
- MONTEIRO, N. A. *Comunicação oral*. Curitiba, 4 de dezembro de 2015.
- NASCIMENTO, M. C. et al. A profissionalização da fisioterapia em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 241-247, 2006.
- NICKEL, R. *Terapia ocupacional em Curitiba e região metropolitana: trajetória e processo de formação*. 2007. 120 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- PACHECO, A. B. *Trajетórias docentes dos terapeutas ocupacionais no Centro Universitário Metodista / IPA (1980-2006)*. 2006. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- PACÍFICO, F. A.; CAVALCANTE, A. B.; SOUZA FILHO, G. C. História da anatomia na Universidade Federal de Pernambuco. *Revista Medicina e Saúde*, Brasília, v. 3, n. 3, p. 253-275, 2014.
- PEREIRA, A. M. S. *Comunicação pessoal*. Curitiba, 4 de dezembro de 2015.
- PIRES, E. L. *Comunicação oral*. Salvador, 2 de fevereiro de 2016.
- ROSA, S. D.; EMMEL, M. L. G. Reflexões sobre os diferentes papéis assumidos pelo terapeuta ocupacional enquanto professor universitário. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2001.
- SAMPAIO, M. M. O. *Comunicação oral*. Fortaleza, 4 de novembro de 2016.
- SÃO PAULO. Lei nº 5.029, de 18 de dezembro de 1958. Cria anexo à cadeira de ortopedia e traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, o “Instituto de Reabilitação” – (IR). *Diário Oficial da União*, São Paulo, 19 dez. 1958.
- SIMIONATO, N. D. *Comunicação oral*. Lins, 14 de novembro de 2015.
- SOARES, L. B. *Terapia Ocupacional: lógica do capital ou do trabalho? Retrospectiva histórica da profissão no Estado brasileiro de 1950 a 1980*. 1987. 243 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1987.
- SOLIONI, M. L. C. 40 anos do curso de terapia ocupacional da Bahiana. *Revista Baiana de Terapia Ocupacional*, Salvador, v. 1, n.1, p. 86-91, 2012.
- SOUZA, F. R.; SENA, C. P. S. Biografia do Terapeuta Ocupacional Marcelo Esteves. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA OCUPACIONAL, 9., 2005, Recife. *Anais...* Recife: CREFITO, 2005.
- TOLDRÁ, R. C.; CARVALHO, F. B.; BALLARIN, M. L. G. S. Trinta anos de história da Faculdade. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 131-136, 2008.
- TRIGO-DE-SOUZA, L. M. et al. *FOFITO: 50 anos de pioneirismo e lutas*. São Paulo: Fundação Faculdade de Medicina, 2008.
- UNIVERSIDADE DE FORTALEZA – UNIFOR. *Cidades@*: Maceió. Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=445&Itemid=1219>. Acesso em: 24 jul. 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP. *Planejamento do currículo do curso de graduação em Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1974.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. *Projeto pedagógico do curso de graduação em terapia ocupacional*. Belo Horizonte, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. *Cidades@*: Maceió. Recife, 2009. Disponível em: <https://

www.ufpe.br/ccs/index.php?option=com_content&view=article&id=309&Itemid=383>. Acesso em: 24 jul. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar. *Projeto pedagógico do curso de graduação em terapia ocupacional*. São Carlos, 2007.

VENDRAME, P. F. et al. *Publicação comemorativa ao jubileu dos cursos de fisioterapia e terapia ocupacional*. Campinas: Arte Brasil Publicidade, 2005.

Contribuição dos Autores

Stéphanhy Conceição Correia Alves Guedes Reis e Roseli Esquerdo Lopes idealizaram a proposta de pesquisa da qual decorre este texto. A primeira autora realizou a pesquisa empírica e redigiu a versão inicial do texto, sob orientação da segunda, sendo que ambas trabalharam diretamente em sua versão final. Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Notas

¹ Ana Lúcia Soares, Amara Lúcia Holanda Tavares Battistel, Marisa Cotta Mancini, Michelle Selma Hahn, Omar Luís Rocha da Silva, Rosa Maria de Araújo Mitre, Rosé Colom Toldrá, Roseli Esquerdo Lopes, Sandra Maria Galheigo, Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região.

² Ângela Maria Bittencourt Fernandes da Silva, Ana Maria Silvello Pereira, Carmen Teresa Costa, Eliana Dantas Anjos, Ester de Lima Pires, Maria Heloísa da Rocha Medeiros, Maria Luísa Guillaunom Emmel, Maria Marta de Oliveira Sampaio, Milton Carlos Mariotti, Nadeje Accyoli Oliveira, Nazaré de Andrade Monteiro, Nuhad Draghan Simionato, Rosana Maria Silvestre Garcia de Oliveira e Virgílio Cordeiro de Melo Filho.

³ Professora aposentada do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

⁴ Professora do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

⁵ Professora do Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar.

⁶ Nos encontros para realização das entrevistas, após as apresentações, havia uma conversa para explicar novamente o objetivo do estudo e sanar possíveis dúvidas, para a assinatura de um termo de consentimento para o uso acadêmico da narrativa e, em seguida, a gravação da história. É importante enfatizar que não se lançou mão de um roteiro preestabelecido. As temáticas para a composição das narrativas eram aquelas apresentadas inicialmente. Durante o discurso do(a) colaborador(a), interrupções eram feitas apenas quando não se compreendia o conteúdo.

⁷ Essa *transcrição* se deu apenas no sentido da formalização da linguagem oral para a escrita e para a criação do biorritmo do texto, por meio do qual se busca estabelecer um tom vital às narrativas (GATTAZ, 2015).

⁸ Foram levantados fotografias, históricos escolares da graduação, diplomas, folhetos, livros, atas de reuniões, jornais e estruturas curriculares dos primeiros cursos.

⁹ Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

¹⁰ Pontua-se que, segundo Trigo-de-Souza et al. (2008, p. 10-11), “[...] menos de uma década após a instalação do Hospital das Clínicas, o médico Waldo Rolim de Moraes pôde instalar ali, em 1951, no sétimo andar do Instituto Central, o primeiro curso de Fisioterapia do Brasil, em nível técnico, com duração de um ano, planejado e patrocinado pelo Centro de Estudos Raquel de Barros com o objetivo de formar os primeiros profissionais capacitados a exercer atividades em Fisioterapia. As aulas eram ministradas pelo corpo docente da Faculdade de Medicina e pelos membros do corpo clínico do Hospital”.

¹¹ Antes de Eagles, foram professoras do curso as terapeutas ocupacionais brasileiras Neyde Tosetti Hauck, Eunice Pouchet e Olívia Ferreira (HAUCK, 1986).

¹² Para Moura Filho (2010 apud BATTISTEL, 2016), o reconhecimento agregado em 1968 oficializou cursos distintos denominados “terapia ocupacional e fisioterapia”, extinguindo o antigo curso de reabilitação. Porém, os cursos continuaram sendo nomeados de “curso de reabilitação”. Apenas em 1974, o Decreto nº 73.666 corrigiu o nome do curso para “Curso de Reabilitação de Fisioterapia e Terapia Ocupacional” (BATTISTEL, 2016).

¹³ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

¹⁴ Instituto Baiano de Reabilitação.

- ¹⁵ Iracema Serrat Vergotti Ferrigno, terapeuta ocupacional, primeira docente específica da área no Curso de Terapia Ocupacional da UNIMEP.
- ¹⁶ Maria Auxiliadora Cursino Ferrari, terapeuta ocupacional, professora aposentada da FMUSP.
- ¹⁷ Nelcy Cocchiareli Teixeira, terapeuta ocupacional, primeira docente específica da área do Curso de Terapia Ocupacional da FRASCE.
- ¹⁸ Conversa informal com Omar Luís Rocha da Silva durante o XV Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional, em 2016.